

## INFORMAÇÃO

### DIVISAO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

DE: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Análise de informação de Peter Eden – Execução de vedações com mais de 1.20m de altura confinantes com caminho público – Vale de Ródão e Vale de Carvão

DESPACHO	INFORMAÇÃO
<i>Solicite-se, com urgência, esclarecimento à Direção Municipal de Urbanização e Obras, artº 59º.</i>	Tenho a honra de informar V. Exª que de acordo com o exposto foi um técnico ao local e o mesmo verificou de acordo com o Auto de Notícia que se anexa que os trabalhos estão a ser realizados de acordo com a denúncia do reclamante acima indicado.
<i>Informar o modo que a Câmara poderá embargar a obra, de acordo com a falta de fiscalização urbanística, artº 59º pelo que se solicita desde já esclarecimento.</i>	No caso do Vale de Carvão, apenas encontraram um portão já colocado, para além de vedações que já tinham sido colocadas à mais tempo.  Relativamente à colocação de vedações verifica-se em alguns pontos que as mesmas estão dentro da propriedade ficando os muros de vedação das mesmas contíguas com os caminhos. Neste caso, como não temos um jurista para análise desta situação, proponho a V. Exª solicitar externamente um parecer de modo a saber do seu enquadramento no artº 59 do regulamento municipal da edificação e da urbanização.
	Das fotografias anexas verifica-se que o proprietário executou a colocação dos postes na sua propriedade em zona não confinante com a via pública, uma vez que o muro em pedra da propriedade é que se encontra de facto confinante. Esta questão de não ser confinante mas de ter visibilidade a partir da via pública é necessário esclarecer do ponto de vista jurídico. Importa haver uma decisão urgente uma vez que existem vestígios de continuação de trabalhos (presença de betoneira e de depósito de água).
	Como a colocação dos postes está a ser efetuada com cravagem no solo com o apoio de algumas quantidades de betão, então <u>proponho que seja efetuado o embargo da obra</u> nos termos do nº 1 do artº 102 do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, na redação dada pelo Dec-Lei 26/2010 de 30 de março, como medida preventiva até se ter

*a apresentação do parecer do PNSSU e da REN. Se o requerente não for detentor dos necessários poderes embargando a obra, a respectiva legalização de acordo com o regulamento municipal de 21/07/2012.*

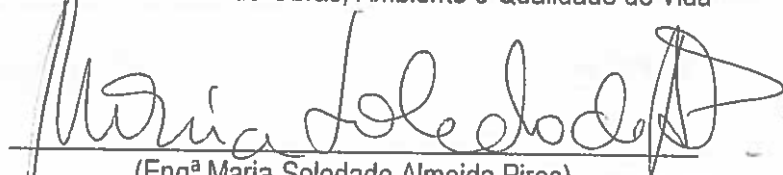
uma resposta do proprietário sobre o fim a que se destina este tipo de intervenção nas suas propriedades.

Se a utilização do solo for para fins agrícolas, pecuários, florestais ou mineiros, nos termos da alínea j) do artº 2º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, não se trata de uma operação urbanística, sem prejuízo de vir a carecer da respetiva autorização do Parque Natural da Serra de S. Mamede e da Reserva Ecológica Nacional, nos locais que estiverem no seu interior.

À consideração superior.

Marvão, 27 de junho de 2012

A Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida



(Engª Maria Soledade Almeida Pires)